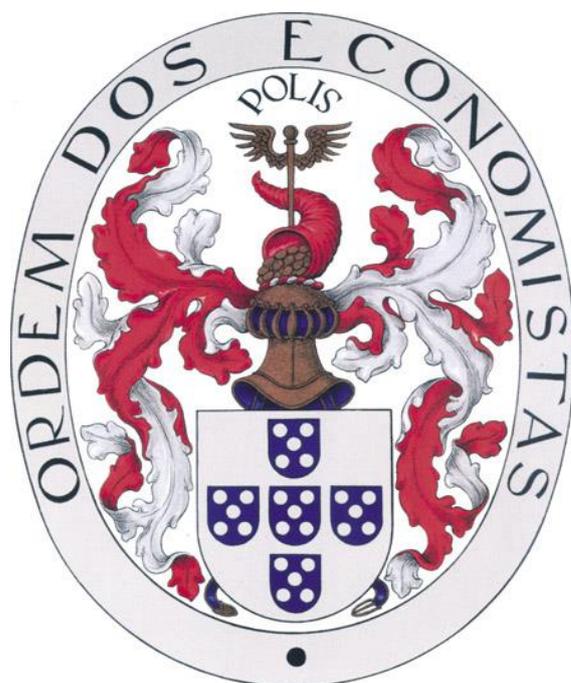


ORDEM DOS ECONOMISTAS



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2021

LISBOA, 18 DE MARÇO DE 2022

Índice

Mensagem do Bastonário	3
I – Atividades Desenvolvidas	5
II – Caracterização da Ordem.....	11
III – Análise da Situação Económica e Financeira.....	13
IV – Resultado do Exercício.....	15
Demonstrações Financeiras	16
Anexo às Demonstrações Financeiras	20

Mensagem do Bastonário

Caras e Caros Colegas,

Como é sabido o atual Relatório de Gestão e Contas é da responsabilidade da anterior direção da Ordem que cessou funções em final de 2021.

Não cabe, portanto, à atual Direção e Bastonário fazer comentários adicionais aqueles que constam do texto do Relatório de Gestão que agora é apresentado à Assembleia Representativa e que são da responsabilidade dos serviços.

Não quero deixar, no entanto, de salientar o resultado negativo das contas do exercício de 42 968,13 euros. Este valor traduz uma diferença negativa de 45 288,15 euros, relativamente ao excedente orçamentado em 2021, de 2 320 euros e de 100 366,45 euros, relativamente ao excedente de 57 398,20, verificado em 2020.

A deficiente orçamentação de despesas e receitas explicará em larga medida o resultado negativo. Uma das razões apresentadas é o excesso de gastos relacionados com a apresentação inesperada de duas listas candidatas ao processo eleitoral. Mas também, do lado das receitas, um montante de patrocínios inferior ao orçamentado.

Mas, para lá da melhor ou pior orçamentação, o que nos deve preocupar é a questão estrutural e esta prende-se com a redução tendencial que se verifica no número de membros, desde 2010, altura em que se atingiu o pico, e com o aumento das quotas em dívida. Estes dois fatores têm exercido uma pressão negativa sobre a evolução das receitas estruturais que, a não ser invertida, pode causar sérios problemas ao desenvolvimento da atividade da Ordem.

Como fator positivo, saliente-se o confortável património e, em particular, a componente de depósitos bancários que asseguram uma liquidez elevada. Mas, como é óbvio, não é boa política de gestão financiar a atividade corrente com recurso ao fundo patrimonial.

Em particular, é importante salientar a elevada componente de custos fixos da estrutura de funcionamento da Ordem que, no caso das remunerações do pessoal, representam cerca de 50% das receitas de quotizações. Uma situação que deve merecer a maior atenção por parte da atual Direção.

No Orçamento para 2022 estão plasmadas as preocupações que resultam da leitura dos resultados de 2021 e são introduzidos ajustamentos, do lado das receitas e das despesas, que procuram precaver a ocorrência de situações inesperadas, designadamente com a criação de um mecanismo de estabilização financeira.

Mas, mais do que medidas de controle orçamental é importante avançar com medidas de carácter estrutural que garantam o aumento sustentado de receitas. Com este objetivo, a Direção irá avançar de imediato com uma campanha de angariação de novos membros, em simultâneo com medidas de recuperação de pagamentos de quotas em atraso.

Todavia, é importante ter presente que será a afirmação do prestígio e atratividade da Ordem, junto dos economistas e da sociedade, que permitirá gerar as condições de sustentabilidade estrutural, através do aumento de membros e das respetivas quotizações, bem como da mobilização de patrocínios e outras receitas.

É com este espírito, com consciência dos desafios, mas também com a vontade de os superar, que iniciamos o nosso mandato.

E é com este objetivo que queremos mobilizar todas e todos os colegas.

António Mendonça
Bastonário

I – Atividades Desenvolvidas

No âmbito das respetivas linhas programáticas e do Plano de Atividades para 2021, a Direção levou a efeito um conjunto de atividades, do qual destacamos:

1. Aprofundamento e cooperação com outras Instituições e Entidades nacionais e internacionais

1.1 A Ordem dos Economistas manteve a ligação à Associação Missão Crescimento, de que é membro fundador conjuntamente com o Fórum de Administradores de Empresas, a Ordem dos Engenheiros e o Projeto Farol, a qual tem como objetivo dinamizar o debate e promover iniciativas que visem a identificação de ações e medidas para o crescimento da economia portuguesa.

1.2 Manteve-se o relacionamento com o Colégio dos Economistas de Espanha, com vista à promoção do debate e realização de iniciativas conjuntas relacionadas com a situação económica e social em Portugal e em Espanha, que culminou com a realização do VIII Seminário Ibérico de Economistas, que teve lugar em Lisboa, em 15 de Outubro.

1.3 A Ordem participou regularmente nas reuniões do CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais, entidade que promove ações de dignificação das classes profissionais nele representadas.

2. Ações de formação em e-Learning

Manteve-se a parceria entre a Ordem e a UnyLeya, para a realização de ações de formação através de e-Learning, tendo-se registado a inscrição de 43 membros da Ordem nos cursos de Finanças Empresariais e de Gestão de Projetos.

3. “Prémio António Simões Lopes – Melhor Tese de Doutoramento em Economia e Gestão”

Em resultado de uma parceria da Ordem dos Economistas e da PriceWaterhouseCoopers, manteve-se a atribuição pelo sétimo ano consecutivo do “Prémio António Simões Lopes – Melhor Tese de Doutoramento em Economia e Gestão”.

O Júri constituído pelo Bastonário e pelo vogal da Direção Joaquim Miranda Sarmento e, ainda por Mara Teresa da Silva Madaleno da Universidade de Aveiro, António Manuel Pedro Afonso do ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão, Luís Boquinhas e António Brochado Correia em representação da PwC, premiou, ex-aequo, as teses “Essays on the Economics of the Energy Mix Diversification in the Transport Sector” de Sónia Cristina Almeida Neves da Universidade da Beira Interior e “Three essays on financial literacy and financial behaviour” da autoria de Izzat Ibrahim Ramadan, em representação da Universidade do Minho.

4. Prossecução do processo de Regionalização da Ordem

Manteve-se o apoio às iniciativas das Delegações Regionais, nomeadamente através da participação do Bastonário em várias iniciativas locais.

5. Modernização dos Serviços da Ordem

No âmbito da racionalização e modernização dos Serviços da Ordem, foi estabelecido um maior contato digital com os membros, nomeadamente no que respeita ao processo de inscrição de novos Membros e ao envio de documentação de natureza financeira.

6. Publicações

A Ordem publicou trimestralmente a sua Newsletter, que a par da divulgação das respetivas atividades, incluiu artigos versando temas da atualidade.

Manteve-se o acordo com a Polimeios, empresa editora das publicações “Cadernos de Economia” e “O Economista-Anuário da Economia Portuguesa”, para a sua disponibilização online, no site da Ordem e em exclusivo para os membros.

7. Eventos

9º Congresso Nacional dos Economistas

O 9º Congresso Nacional dos Economistas decorreu no dia 23 de Novembro 2021, na Fundação Calouste Gulbenkian, e teve como tema central “Portugal – A Recuperação, as Pessoas, as Empresas e o Estado”.

A sessão de abertura contou com a intervenção do Bastonário e uma alocução do Primeiro Ministro, a que se seguiu a apresentação dos seguintes painéis:

- “Uma visão geoestratégica do mundo e o que esperar no pós-pandemia”, com a participação de Carlos Fiolhais, Felipe Pathé Duarte e Félix Ribeiro como oradores, e de Diogo Agostinho como moderador.
- “Inovação, concorrência, sustentabilidade e crescimento”, com a intervenção de Clara Raposo, Paulo Neto, Ricardo Arroja e Sofia Santos como oradores. A moderação foi de Filipe Alves.
- “Grandes empresas demasiado pequenas para os mercados globais?”, que contou com António Gomes Mota, Luis Miguel Ribeiro e Jaime Quesado como oradores. A moderação esteve a cargo de Mónica Silveiras.
- “PME – Que obstáculos ao processo de crescimento?”, no qual participaram Denise Henriques, Nazaré Costa Cabral e Nuno Santos. O moderador foi Tiago Freire.
- “Síntese conclusiva ou o que esperar dos próximos anos?”, com a participação de José Maria Brandão de Brito, Nuno Alves, Óscar Gaspar e Vera Gouveia Barros como oradores e de Paulo Ferreira como moderador.

No decorrer do 9º Congresso foram entregues os seguintes Prémios:

- Prémio António Simões Lopes, entregue a Sónia Cristina Almeida Neves e a Izzat Ibrahim Ramadan, representado por Manuel José Rocha Aramada.
- Prémio “A Economia e o Futuro”, atribuído a Francisco Rocha numa parceria da Ordem dos Economistas e da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Prémio Carreira, entregue ao Colega Gualter Furtado

VIII Seminário Ibérico de Economistas

No VIII Seminário Ibérico de Economistas, realizado em Lisboa, foram abordados temas relativos às relações económicas entre os países ibéricos perante a União Europeia, o mundo panibérico como novo ator no processo de globalização, e Espanha e Portugal perante a pandemia COVID-19.

O VIII Seminário Ibérico contou com a participação do Bastonário, Rui Leão Martinho, e de Paulo Sande, Luis Naves, Francisco Contreras, Luis Castro Henriques, Diana Ramos e Sónia Lourenço.

Por parte de Espanha, participaram o Presidente do Colégio de Economistas de Espanha, Valentin Pich Rosell, José-María Casado Raigon e Ramón Tamames Gómez.

Fim de Tarde na Ordem

O primeiro “Fim de Tarde na Ordem” teve como tema “Ano Novo, Vida Nova?” e contou com a participação de Rui Leão Martinho, Ricardo Arroja, Paulo Neto e Raul Marques. A moderadora foi Joana Petiz.

O segundo “Fim de Tarde na Ordem” abordou a temática “Mais competitividade e mais valor no pós-pandemia, tendo como oradores Alcino Lavrador, António Rios Amorim e Jaime Quesado. A moderação esteve a cargo de Joana Petiz.

O terceiro “Fim de Tarde na Ordem”, subordinado ao tema “A Presidência Portuguesa na U.E. – Expectativas e balanço dos primeiros três meses” contou com a participação de António Saraiva, José Manuel Fernandes e Paulo Sande e a moderação de Pedro Sousa Carvalho.

Ciclo de Conferências – As Políticas Públicas em Debate

Em parceria com a Universidade de Évora realizou-se online uma sessão de debate sobre “As Políticas Públicas e as Ordens Profissionais”, na qual participaram os Bastonários da Ordem dos Engenheiros e Presidente do CNOP, Carlos Mineiro Aires, Ana Paula Martins da Ordem dos Farmacêuticos, Francisco Miranda Rodrigues da Ordem dos Psicólogos e Luis Menezes Leitão da Ordem dos Advogados. Os moderadores foram Paulo Neto e Nuno Crespo.

Na segunda conferência deste Ciclo das Políticas Públicas, também transmitida online, foi debatido o tema “As Políticas Públicas e as Associações Empresariais” e teve como oradores os Presidentes da CCP, CIP e CAP. A moderação esteve a cargo de Paulo Neto e Nuno Crespo.

A terceira conferência, também realizada online, abordou “As Políticas Públicas e a Saúde”, tendo sido oradores Adalberto Campos Fernandes, Luis Filipe Pereira e Óscar Gaspar. A moderação foi assegurada por Paulo Neto e Nuno Crespo.

Ciclo de Conferências “O Mercado de Capitais na estratégia de financiamento das empresas

Em parceria com a Euronext, a Ordem dos Economistas realizou, online, o ciclo de conferências “O Mercado de Capitais na estratégia de financiamento das empresas”, com o objetivo de debater o papel do mercado de capitais na estratégia de financiamento das empresas, no acelerar da recuperação económica e na transição para a sustentabilidade.

A primeira conferência teve a participação de Isabel Ucha, Abel Sequeira Ferreira, José Nogueira dos Santos, Maria Gil e Rui Leão Martinho. A moderação foi de Sérgio Gonçalves.

A segunda conferência, teve como tema “Finanças Sustentáveis – Uma oportunidade para o financiamento da sustentabilidade ambiental” e contou com João Wengorovius Meneses, Sofia Santos e Rui Teixeira, como oradores e de Raúl Marques como moderador.

A terceira conferência abordou o tema “Capitalizar as Empresas Portuguesas no Pós-Pandemia para Potenciar a Recuperação Económica” e os oradores foram Rui Leão Martinho, Isabel Ucha, Nuno Fernandes Thomaz, José Miguel Almeida e Beatriz Freitas. O moderador foi Manuel Puerta da Costa.

Jornadas de Fiscalidade

As Jornadas da Fiscalidade, realizadas em parceria com a PwC, e transmitidas online, abordaram na primeira sessão o tema “O Impacto da Fiscalidade no Pós-Covid”, que contou com a participação dos oradores Rui Leão Martinho, Paulo Núncio, Catarina Gonçalves, Susana Claro e Rosa Branca Areias. A moderação foi de Sérgio Aníbal.

Na segunda sessão foi debatido o tema “Financial Transaction Tax”, tendo como oradores Joaquim Miranda Sarmiento, Jorge Figueiredo, Pedro Miguel Plácido Pereira, François-Marc Venier, Rosa Branca Areias e Rui Leão Martinho. A moderação esteve a cargo de André Veríssimo.

Conferência “O Pós-Moratórias”

O Colégio da Especialidade de Gestores de Insolvências e de Recuperação de Empresas e da APAJ organizou esta conferência sobre “O efeito esperado do inevitável fim das moratórias”, com transmissão online, a qual contou com Pedro Siza Vieira, Rui Leão Martinho, Nuno Martins, Jorge Calvete, João Diogo Pinto e Rui Giesteira como oradores.

Lançamento de Livro

Foi apresentado na nossa Sede o Livro “A Expansão Portuguesa, uma História Económica” de Nuno Valério, com apresentação de David Justino.

Conferência Desafios de Ética e Sustentabilidade na Profissão do Economista e Gestor

Esta Conferência, teve lugar no ISEG, e contou com a participação de Rui Leão Martinho, Fernanda Ilhéu, João Duque, Augusto Mateus, Fernando Ribeiro Mendes e Sofia Santos.

II – Caracterização da Ordem

1. Membros

O número de Economistas inscritos na Ordem, em 31 de Dezembro de 2021, era de 10.187, distribuídos da seguinte forma:

Delegação Regional	Efectivos	Estagiários	Reformados	Suspensos	Total
Açores	220	11	10	3	244
Algarve	236	21	11	4	272
Centro e Alentejo	5.415	104	675	75	6.269
Madeira	329	26	19	5	379
Norte	2.736	87	161	39	3.023
Total	8.936	249	876	126	10.187

Por colégio de especialidade:

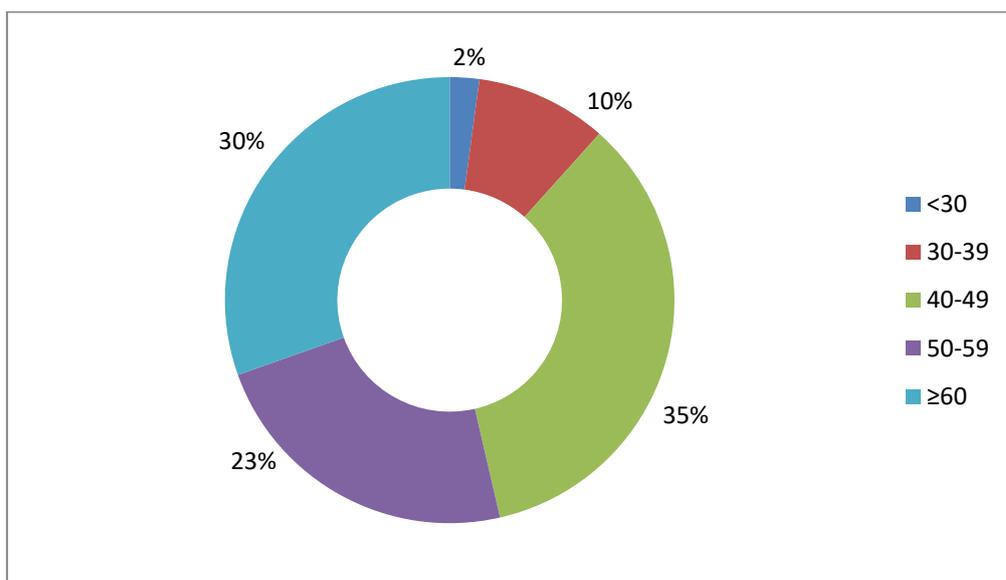
Inscrições por Colégio de Especialidade					
Colégio de Especialidade	Efectivos	Estagiários	M.D.*	Suspensos	Total
Auditoria	91	1	0	2	94
Análise Financeira	104	0	0	4	108
Economia Política	2.686	121	92	31	2.930
Economia e Gestão Empresariais	6.323	264	173	88	6.848
Gestão e Consultoria Fiscal	138	0	0	0	138
Gestão de Insolv. e Rec. de Empresas	86	0	0	1	87
Total	9.428	386	265	126	10.205

*M.D. morada desconhecida

Nota o valor total deste mapa diverge do mapa anterior, por existirem membros que pertencem a vários colégios de especialidade

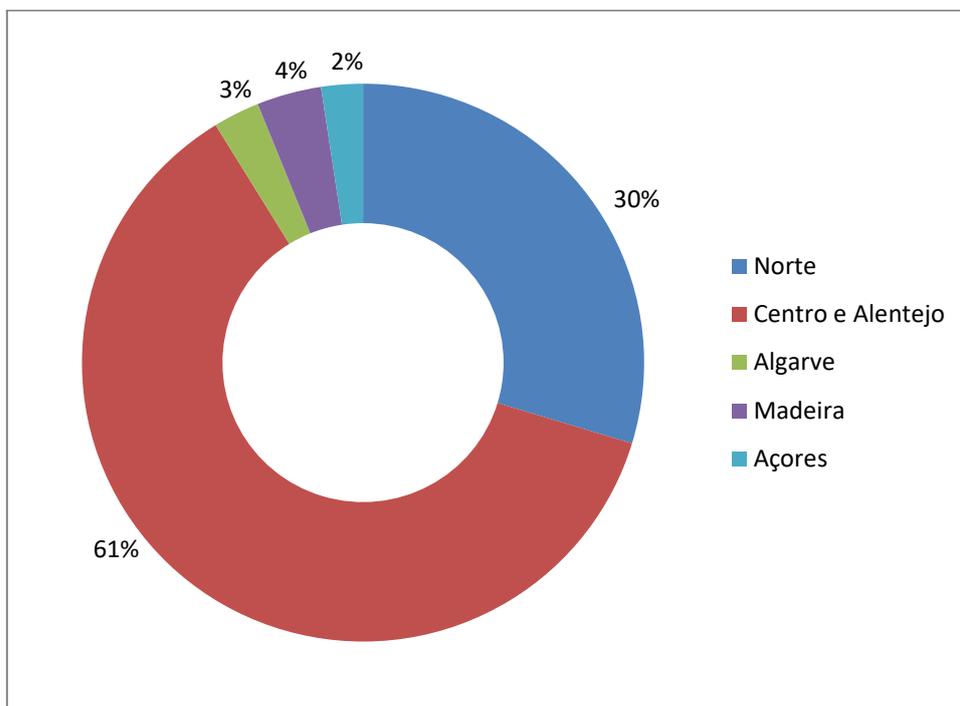
Da análise da distribuição dos Membros por faixa etária, salienta-se como mais representativo o segmento dos 40 aos 49 anos (35%) e o segmento da faixa etária onde se incluem os membros com mais de 60 anos (30%).

Distribuição dos Membros por Faixa Etária



No que se refere à distribuição dos Membros por Delegação Regional, realça-se o peso das Delegações Regionais do Centro e Alentejo com 61% e do Norte com 30% do total.

Distribuição dos Membros por Delegação Regional



III – Análise da Situação Económica e Financeira

1. Situação Económica

A evolução da situação económica da Ordem encontra-se refletida no quadro seguinte:

	2021 (a)	2020 (b)	Variação (em euros)	
			(a)-(b)	%
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	400.431,17	353.530,09	46.901,08	13,3
GASTOS COM O PESSOAL	425.687,47	418.554,94	7.132,53	1,7
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	64.843,95	70.572,25	-5.728,30	-8,1
PERDAS POR IMPARIDADE	197.584,00	190.932,38	6.651,62	3,5
OUTROS GASTOS E PERDAS	23.920,38	13.891,29	10.029,09	72,2
TOTAL DE GASTOS	1.112.466,97	1.047.480,95	64.986,02	6,2
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	956.917,50	969.935,00	-13.017,50	-1,3
Jóias	5.060,00	5.720,00	-660,00	-11,5
Inscrições em Eventos	1.520,00	730,00	790,00	108,2
Outros Proveitos	9.952,83	18.143,29	-8.190,46	-45,1
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	33.510,16	24.762,19	8.747,97	35,3
REVERSÕES	58.851,73	77.726,28	-18.874,55	-24,3
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3.612,48	7.805,14	-4.192,66	-53,7
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	74,12	57,35	16,77	29,2
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.069.498,82	1.104.879,25	-35.380,43	-3,2
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-42.968,15	57.398,30	-100.366,45	-174,9

2. Execução Orçamental

No quadro a seguir, Demonstração dos Resultados, observa-se a comparação entre os valores orçamentados e os valores reais.

	2021		Variação	
	Orçamento (a)	Real (b)	(a)-(b)	%
(em euros)				
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	472.050,00	400.431,17	-71.618,83	-15,2
GASTOS COM O PESSOAL	422.280,00	425.687,47	3.407,47	0,8
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	73.000,00	64.843,95	-8.156,05	-11,2
PERDAS POR IMPARIDADE	180.000,00	197.584,00	17.584,00	9,8
OUTROS GASTOS E PERDAS	19.250,00	23.920,38	4.670,38	24,3
TOTAL DE GASTOS	1.166.580,00	1.112.466,97	-54.113,03	-4,6
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	966.650,00	956.917,50	-9.732,50	-1,0
Jóias	4.800,00	5.060,00	260,00	5,4
Inscrições em Eventos	4.000,00	1.520,00	-2.480,00	-62,0
Outros Proveitos	10.400,00	9.952,83	-447,17	-4,3
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	88.050,00	33.510,16	-54.539,84	-61,9
REVERSÕES	95.000,00	58.851,73	-36.148,27	-38,1
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	0,00	3.612,48	3.612,48	-
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	0,00	74,12	74,12	-
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.168.900,00	1.069.498,82	-99.401,18	-8,5
RESULTA DO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.320,00	-42.968,15	-45.288,15	-1.952,1

3. Situação Financeira e de Tesouraria

No ano de 2021 a Ordem gerou um cash-flow de 43.758,43euros, tendo em caixa e depósitos bancários o montante de 1.295.100,74 euros, não obstante o resultado negativo de 42.968,15 euros.

IV – Resultado do Exercício

Em 2021, foi apurado um resultado negativo de 42.968,15 euros (quarenta e dois mil novecentos e sessenta e oito euros e quinze cêntimos).

Para este resultado contribuíram de forma relevante, no referente a gastos:

- Na rubrica fornecimentos e serviços externos, o gasto com as eleições para os órgãos nacionais e regionais da Ordem dos Economistas, que ultrapassou significativamente o valor orçamentado, atingindo o montante 43.357,28 euros.

- o desvio nas rubricas perdas por imparidades e reversões, com um impacto negativo de 25.526,17 euros, como consequência de uma cobrança de dívida de quotizações abaixo do esperado.

E no referente a rendimentos:

- o decréscimo do montante de quotas emitidas, em consequência da redução do número de membros, traduzido num desvio negativo de 13.017,50 euros.

Tal como em anos anteriores, propõe-se que o resultado do exercício seja transferido para o Fundo Patrimonial.

Lisboa, 18 de Março de 2020

A Direção

Demonstrações Financeiras

Balço

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1.812.566,63	1.855.170,08
Activos intangíveis	6	22.991,61	42.822,99
Outros Créditos e ativos não correntes	7	68,70	54,66
		1.835.626,94	1.898.047,73
Activo corrente			
Créditos a Receber	9	8.101,80	1.250,27
Associados	8	221.356,36	233.935,86
Diferimentos	10	13.566,04	14.107,42
Caixa e depósitos bancários	4	1.295.100,74	1.251.342,31
		1.538.124,94	1.500.635,86
Total do activo		3.373.751,88	3.398.683,59
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		3.309.218,57	3.251.820,27
Resultado líquido do período		(42.968,15)	57.398,30
Total do fundo de capital	11.1	3.266.250,42	3.309.218,57
Passivo			
Passivo não corrente		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	17.192,78	7.931,29
Estado e outros entes públicos	12	15.122,22	14.723,38
Diferimentos	10	2.062,50	0,00
Outras passivos correntes	14	73.123,96	66.810,35
		107.501,46	89.465,02
Total do passivo		107.501,46	89.465,02
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.373.751,88	3.398.683,59

Direcção

Contabilista Certificado

Demonstração de Resultados por Natureza

(em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		31/12/2021	31/12/2020
Vendas e serviços prestados	15	973.450,33	994.528,29
Subsídios, doações e legados à exploração	16	33.510,16	24.762,19
Fornecimentos e serviços externos	17	(400.431,17)	(353.530,09)
Gastos com o pessoal	18	(425.687,47)	(418.554,94)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8;19	(138.732,27)	(113.206,10)
Outros rendimentos e ganhos	20	3.612,48	7.805,14
Outros gastos e perdas	21	(23.920,38)	(13.891,29)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		21.801,68	127.913,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5;6;22	(64.843,95)	(70.572,25)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(43.042,27)	57.340,95
Juros e rendimentos similares obtidos	20.1	74,12	57,35
Resultado antes de impostos		(42.968,15)	57.398,30
Resultado líquido do período		(42.968,15)	57.398,30

Direcção

Contabilista Certificado

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de associados		830.450,75	851.398,36
Pagamentos a fornecedores		(381.864,04)	(363.999,15)
Pagamentos ao pessoal		(425.224,63)	(423.177,33)
Caixa gerada pelas operações		23.362,08	64.221,88
Outros recebimentos/pagamentos		22.800,04	39.699,53
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		46.162,12	103.921,41
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	(9.393,54)
Ativos intangíveis		(3.271,80)	(28.105,50)
Investimentos Financeiros		(14,04)	(38,56)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		808,03	0,00
Juros e rendimentos similares		74,12	57,35
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(2.403,69)	(37.480,25)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		43.758,43	66.441,16
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.251.342,31	1.184.901,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.295.100,74	1.251.342,31

Direção

Contabilista Certificado

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2020

(em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1 11.1	3.200.914,73	50.905,54	3.251.820,27	3.251.820,27
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.1	50.905,54	-50.905,54	0,00	0,00
	2	50.905,54	-50.905,54	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3 11.1		57.398,30	57.398,30	57.398,30
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3		6.492,76	57.398,30	57.398,30
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					
	5				
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6=1+2+3+5 11.1	3.251.820,27	57.398,30	3.309.218,57	3.309.218,57

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2021

(em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6 11.1	3.251.820,27	57.398,30	3.309.218,57	3.309.218,57
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.1	57.398,30	-57.398,30	0,00	0,00
	7	57.398,30	-57.398,30	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8 11.1		-42.968,15	-42.968,15	-42.968,15
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8		-100.366,45	-42.968,15	-42.968,15
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					
	10				
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6+7+8+10 11.1	3.309.218,57	-42.968,15	3.266.250,42	3.266.250,42

Direcção

Contabilista Certificado

Anexo às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A Ordem dos Economistas, sediada na Rua Ivone Silva, Edifício Arcis, n.º 6 - 5º andar, 1050-124 Lisboa, é uma associação profissional de direito público, constituída pelo Decreto-Lei n.º 174/98, de 27 de Junho, visando a valorização profissional dos Economistas, sendo assim a entidade que disciplina, salvaguarda os valores e cria as condições de enquadramento e valorização técnico-profissional destes profissionais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente, foram utilizadas normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada: as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento CE N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as características qualitativas da:

- Comparabilidade:

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020.

- Fiabilidade:

A informação encontra-se isenta de erros materiais e de preconceitos, representando fidedignamente o resultado das operações da Entidade.

- Compreensibilidade e Relevância:

As demonstrações financeiras são compreensíveis, encontrando-se incluída toda a informação considerada relevante para a tomada de decisão dos seus utilizadores.

- Compensação:

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Materialidade e agregação:

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogados e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas disposições do SNC.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os conteúdos das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados nos itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Imposto sobre o rendimento

A Ordem dos Economistas encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do CIRC, de acordo com o despacho do Ministério das Finanças, de 30 de Março de 1990.

- Outros valores a receber

As contas de “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito proveniente das prestações de serviços (jóias, quotas, inscrições em eventos e outros) apenas é reconhecido quando: i) são emitidas para cobrança (periodicidade anual ou semestral), ii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Entidade e (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As prestações de serviços são reconhecidas pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber.

De forma consistente com os exercícios anteriores, o valor das perdas por imparidade nas dívidas dos associados corresponde ao total dessas dívidas até ao final do exercício anterior.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

- Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

4. Caixa e depósitos bancários

Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos ocorridos na rubrica de caixa e depósitos bancários:

(em euros)

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1.417,72	4.815,54	4.036,06	2.197,20
Depósitos à ordem	1.130.924,59	1.403.662,00	1.434.183,05	1.100.403,54
Outros depósitos bancários	119.000,00	815.500,00	742.000,00	192.500,00
Total	1.251.342,31	2.223.977,54	2.180.219,11	1.295.100,74

5. Ativos fixos tangíveis

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadros seguintes:

Movimentações nos ativos fixos

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2021	Aumentos	Transferências Alienações e Abates	Saldo Final 31-12-2021
Terrenos e recursos naturais	414.143,16	0,00	0,00	414.143,16
Edifícios e outras construções	1.467.694,66	0,00	0,00	1.467.694,66
Equipamento administrativo	222.556,63	0,00	-1.616,27	220.940,36
Outros activos fixos tangíveis	48.959,91	0,00	0,00	48.959,91
AFT em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.153.354,36	-	-1.616,27	2.151.738,09

Movimentações nas depreciações

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2021	Aumentos	Transferências Alienações e Abates	Saldo Final 31-12-2021
Edifícios e outras construções	96.155,92	29.353,91	0,00	125.509,83
Equipamento administrativo	184.369,30	12.309,48	-753,59	195.925,19
Outros activos fixos tangíveis	17.659,06	77,38	0,00	17.736,44
Total	298.184,28	41.740,77	- 753,59	339.171,46

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2021	Aumentos	Trf, Alien., Abates, Depreciações	Saldo Final 31-12-2021
Valor líquido dos activos fixos tangíveis	1.855.170,08	0,00	-40.987,18	1.812.566,63

5.2 Outras divulgações

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	Custo de aquisição	-	-	-
Edifícios e outras construções	Custo de aquisição	Linha reta	50 anos	2 %
Equipamento administrativo	Custo de aquisição	Linha reta	1 a 10 anos	100 a 10 %
Outros activos fixos tangíveis	Custo de aquisição	Linha reta	5 a 8 anos	20 a 12,5 %

6. Ativos intangíveis

6.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadros seguintes:

Movimentações nos ativos intangíveis

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2021	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo Final 31-12-2021
Programas de computador	352.776,76	3.271,80	0,00	356.048,56
Propriedade industrial	1.444,33	0,00	0,00	1.444,33
Total	354.221,09	3.271,80	0,00	357.492,89

Movimentações nas amortizações

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2021	Reforço	Regularizações	Saldo Final 31-12-2021
Programas de computador	311.398,10	23.103,18	0,00	334.501,28
Total	311.398,10	23.103,18	0,00	334.501,28

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2021	Saldo Final 31-12-2021
Valor líquido dos activos intangíveis	42.822,99	22.991,61
Total	42.822,99	22.991,61

6.2 Outras divulgações

Descrição	Base mensuração	Método depreciação	Vida útil	Taxa depreciação
Programas de computadores	Custo de aquisição	Linha reta	3 a 6 anos	33,33 – 16,66 %
Propriedade industrial	Custo de aquisição	não definida		0 %

7. Outros créditos e ativos não correntes

Fundo compensação do trabalho – 68,70€

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal, referente a todas as admissões posteriores a Outubro de 2013.

(em euros)

Rubrica	31/12/2021	31/12/2020	Variação
Fundo Compensação do Trabalho	68,70	54,66	14,04

8. Associados

A rubrica Associados apresenta um valor de 221.356,36 euros, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Rubrica	31/12/2021	31/12/2020	Variação
Quotas em dívida	1.560.987,60	1.441.213,33	119.774,27
Imparidades	-1.331.204,54	-1.198.687,14	-132.517,40
Saldo a Favor dos Associados	-8.426,70	-8.590,33	163,63
Total	221.356,36	233.935,86	-12.579,50

8.1 Quotas em dívida

O valor de quotas em dívida ascendia a 1.560.987,60 euros, com a seguinte decomposição anual:

(em euros)

Ano	Quotas em dívida 31-12-2021	Quotas em dívida 31-12-2020	Variação	Quotas com Perdas por Imparidade Reconhecidas a 31-12-2021
2021	229.783,06		229.783,06	
2020	197.583,98	242.526,19	-44.942,21	197.583,98
2019	169.791,65	190.932,38	-21.140,73	169.791,65
2018	152.615,88	165.153,83	-12.537,95	152.615,88
2017	143.286,81	151.181,98	-7.895,17	143.286,81
2016	103.050,88	107.869,60	-4.818,72	103.050,88
2015	98.985,49	103.263,68	-4.278,19	98.985,49
2014	88.577,68	92.135,08	-3.557,40	88.577,68
2013	81.745,22	84.782,49	-3.037,27	81.745,22
2012	72.907,60	75.546,50	-2.638,90	72.907,60
2011	57.753,06	59.666,92	-1.913,86	57.753,06
2010	49.160,17	50.291,21	-1.131,04	49.160,17
2009	40.803,74	41.610,88	-807,14	40.803,74
2008	31.730,46	32.422,83	-692,37	31.730,46
2007	17.273,92	17.472,74	-198,82	17.273,92
2006	11.474,26	11.653,84	-179,58	11.474,26
2005	7.228,11	7.347,83	-119,72	7.228,11
2004	4.429,64	4.549,36	-119,72	4.429,64
2003	2.354,11	2.354,11	0,00	2.354,11
2002	451,88	451,88	0,00	451,88
Total	1.560.987,60	1.441.213,33	119.774,27	1.331.204,54

8.2 Perdas por imparidade acumuladas

As perdas acumuladas atingem o valor de 1.331.204,54 euros, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Perdas por imparidade	Saldo inicial	Reforço	Outras Variações	Reversão	Saldo final
31/12/2021	1.198.687,14	197.584,00	-6.214,87	-58.851,73	1.331.204,54
31/12/2020	1.090.813,47	190.932,38	-5.332,43	-77.726,28	1.198.687,14
Variação	107.873,67	6.651,62	-882,44	18.874,55	132.517,40

8.3 Valor a favor dos sócios

Em 31 de Dezembro de 2021, o valor relativo a saldos a favor dos sócios ascendia a 8.426,70 euros.

9. Créditos a Receber

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica “Créditos a Receber” apresentava o valor de 8.101,80 euros, relativos a:

(em euros)

Devedores Diversos	Valor
PWC	5.842,50
MEO	1.845,00
Imageninvest, Lda	269,27
Livraria Bertrand	126,00
Cª Seguros Allianz Portugal	19,03
Total	8.101,80

10. Diferimentos

10.1 Gastos a Reconhecer

Em 31 de Dezembro de 2021, o valor de pagamentos antecipados ascendia a 13.566,04 euros, representativo de gastos do ano de 2022 pagos no ano de 2021, com a seguinte decomposição:

(em euros)

Descrição	Valor
Seguros	2.190,19
Rendas	269,27
Licenças de Software	8.734,83
Outros gastos a reconhecer	2.371,75
Total	13.566,04

11. Divulgações exigidas por diplomas legais

11.1 Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Fundos Patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

(euros)

Fundos Patrimoniais	31/12/2021	31/12/2020	Varição
Fundo Patrimonial	3.309.218,57	3.251.820,27	57.398,30
Resultado líquido do período	-42.968,15	57.398,30	-100.366,45
Total	3.266.250,42	3.309.218,57	-42.968,15

11.2 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Ordem apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

12. Estado e outros Entes Públicos

Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições:

(em euros)

Descrição	Saldo Devedor do período	Saldo Credor do período	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	6.911,25	0,00	6.725,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	281,00	0,00	345,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	7.929,97	0,00	7.653,38
Total	0,00	15.122,22	0,00	14.723,38

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica de Fornecedores apresentava o valor de 17.192,78 euros relativo a dívidas de conta corrente a fornecedores.

14. Outros Passivos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica “Outros Passivos Correntes” apresentava o valor de 73.123.96 euros, relativos a:

(em euros)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de Investimentos - c/c	0,00	1.599,00
Acréscimo de gastos com remunerações do ano n a liquidar em n+1	55.409,66	54.361,94
Outros Acréscimos de gastos	11.650,32	3.914,75
Credores diversos	6.063,98	6.934,66
Total	73.123,96	66.810,35

15. Vendas e Serviços Prestados

O rédito da categoria Vendas e Serviços Prestados é decomposto por:

(em euros)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Varição
Quotas	956.917,50	969.935,00	-13.017,50
Jóias	5.060,00	5.720,00	-660,00
Inscrições em eventos	1.520,00	730,00	790,00
Formação E-Learning	9.395,00	17.965,00	-8.570,00
Livros (Madeira)	277,35	178,29	99,06
Outros	280,48	0,00	280,48
Total	973.450,33	994.528,29	-21.077,96

16. Subsídios à exploração

O valor registado de 33.510,16 euros relativo a Subsídios à Exploração é decomposto por vários valores, atribuídos por diversas entidades à Ordem dos Economistas no âmbito de patrocínio a eventos e protocolos estabelecidos.

(em euros)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Varição
Subsídios à exploração	33.510,16	24.762,19	8.747,97
Total	33.510,16	24.762,19	8.747,97

17. Fornecimentos e Serviços Externos

Discriminação dos Fornecimentos e Serviços Externos:

(em euros)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variações
Subcontratos	6.561,21	13.319,96	-6.758,75
E-Learning	6.561,21	13.319,96	-6.758,75
Serviços especializados	254.422,98	247.197,95	7.225,03
Trabalhos especializados	79.907,99	56.171,38	23.736,61
Publicidade e propaganda	6.388,28	1.853,65	4.534,63
Vigilância e segurança	0,00	19,68	-19,68
Honorários	138.135,07	138.679,91	-544,84
Conservação e reparação	20.204,92	42.213,00	-22.008,08
Outros	9.786,72	8.260,33	1.526,39
Materiais	41.827,14	30.878,17	10.948,97
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.356,98	190,70	1.166,28
Livros e documentação técnica	20.585,50	23.031,05	-2.445,55
Material de escritório	19.624,66	7.250,52	12.374,14
Artigos para oferta	260,00	405,90	-145,90
Energia e fluidos	4.510,17	5.231,21	-721,04
Electricidade	4.112,78	4.703,11	-590,33
Água	397,39	528,10	-130,71
Deslocação, estadas e transportes	9.275,33	4.264,10	5.011,23
Deslocações e estadas	8.693,83	3.570,75	5.123,08
Transporte de mercadorias	73,80	159,90	-86,10
Outros	507,70	533,45	-25,75
Serviços Diversos	83.834,34	52.638,70	31.195,64
Rendas e Alugueres	8.727,83	8.695,02	32,81
Comunicação	31.207,27	19.147,49	12.059,78
Seguros	2.732,52	1.208,70	1.523,82
Contencioso e Notariado	0,00	1.197,18	-1.197,18
Despesas de representação	0,00	250,85	-250,85
Limpeza, higiene e conforto	10.375,26	10.143,44	231,82
Outros serviços (Eventos/Conferências/Congressos/Seminários)	30.791,46	11.996,02	18.795,44
Total	400.431,17	353.530,09	46.901,08

18. Benefícios dos empregados

18.1 Pessoal ao serviço da Ordem

O quadro de pessoal da Ordem, Direção Nacional e Delegações Regionais é composto por 13 colaboradores, em que 3 deles trabalham a tempo parcial:

Descrição	Nº Médio de Pessoas do período	Nº Médio de pessoas do período anterior
Pessoas remuneradas	14	14
Pessoas a tempo completo	10	10
Pessoas a tempo parcial	3	4
Pessoas ao serviço da Ordem por sexo	13	14
Masculino	6	6
Feminino	7	8

18.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

(em euros)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação
Gastos com o pessoal	425.687,47	418.554,94	7.132,53
Remunerações do pessoal	340.162,72	337.444,27	2.718,45
Encargos sobre remunerações	70.104,32	66.792,45	3.311,87
Seguros de Acidentes no trabalho e doenças profissionais	14.373,73	13.240,18	1.133,55
Outros gastos com o pessoal	1.046,70	1.078,04	-31,34

19. Imparidades

As perdas líquidas por imparidade em dívidas a receber relativas a associados ascenderam no exercício de 2021 a 138.732,27 euros, um aumento de 25.526,17 euros relativamente ao ano de 2020.

De forma consistente com os exercícios anteriores, o valor dos ajustamentos de dívida a receber de associados reflete a totalidade do valor das dívidas de associados até ao final do ano de 2020.

(em euros)

Perdas por imparidades	31/12/2021	31/12/2020	Varição
PI Outras dívidas a receber	197.584,00	190.932,38	6.651,62
Reversão PI Outras dívidas a receber	-58.851,73	-77.726,28	18.874,55
Total	138.732,27	113.206,10	25.526,17

20. Outros rendimentos e ganhos

Os Outros Rendimentos e Ganhos incluem:

(em euros)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Varição
Correcções relativas a períodos anteriores	3.567,80	3.027,86	539,94
Juros obtidos	74,12	57,35	16,77
Rend. Ganhos Inv. Não Financeiros - Alienações / Sinistros	44,68	940,00	-895,32
Restituição de Impostos (IMI)	0,00	3.389,97	-3.389,97
Outros não especificados	0,00	447,31	-447,31
Total	3.686,60	7.862,49	-4.175,89

20.1 Juros obtidos

Valor dos juros referentes ao período, com a seguinte decomposição por banco:
(em euros)

Bancos	Juros Recebidos
Montepio Geral	74,12
Total	74,12

21. Outros gastos e perdas

Os valores registados em “Outros Gastos e Perdas” correspondem a:

(em euros)

Descrição	31/12/2020	31/12/2020	Varição
Taxas	392,16	220,32	171,84
Dívidas Incobráveis	915,14	0,00	915,14
Quotizações	3.367,91	3.354,06	13,85
Correcções relativas a períodos anteriores	10.745,17	81,48	10.663,69
Outros gastos e perdas - Prémios (Teses)	8.500,00	10.000,00	-1.500,00
Outros gastos e perdas não especificados	0,00	235,43	-235,43
Total	23.920,38	13.891,29	10.029,09

22. Gastos de Depreciação e Amortização

No ano 2021 foram reconhecidos 41.740,77 euros de depreciações e 23.103,18 euros relativos a amortizações, totalizando 64.843,95 euros, de acordo com os quadros seguintes:

(em euros)

Depreciações Ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Ferramentas e utensílios	Administrativo	Outros	Total
Depreciações acumuladas iniciais	96.155,92	623,87	184.369,30	17.035,19	298.184,28
Depreciações do exercício	29.353,91	0,00	12.309,48	77,38	41.740,77
Depreciações acumuladas finais	125.509,83	623,87	195.925,19	17.112,57	339.925,05

(em euros)

Amortizações Ativos intangíveis	Programas de computador	Total
Amortizações acumuladas iniciais	311.398,10	311.398,10
Amortizações do Exercício	23.103,18	23.103,18
Amortizações acumuladas finais	334.501,28	334.501,28

23. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, foram autorizadas para emissão, pela Direção, em 18 de Março de 2022.

Direção

Contabilista Certificado